

# O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO ACRE: ANACRONISMOS, *UFANISMOS E COMEMORAÇÕES*

DOI: 10.29327/210932.10.2-3

Francisco Bento da Silva  
Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Acre-Brasil  
francisco.bento@ufac.br  
<https://orcid.org/0000-0002-6611-5391>

**RESUMO:** Este texto busca, a partir de algumas fontes hemerográficas, estabelecer um debate analítico em torno das comemorações do centenário da chamada Independência do Brasil que ocorreram no Território Federal do Acre no ano de 1922. Em cidades como Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Xapuri e Tarauacá, os poderes locais das Prefeituras juntos com o do governo do Território, organizaram diversas festividades de exaltação à data e cuja tônica mais recorrente buscava realçar o civismo da juventude, o dever patriótico das autoridades, um pretense passado comum de todos e o sentimento de unidade nacional. Para o diálogo com as fontes empíricas, autores e autoras como Benjamin (2013); Chauí (2000); Ranciere (2011); Hobsbawm (1990) – entre outras autorias – nos ajudaram a pensar aspectos ligados ao anacronismo, ufanismo, patriotismo e comemorações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Independência. Comemorações. Centenário. Acre.

## THE CENTENARY OF INDEPENDENCE IN ACRE: ANACHRONISM, *UFANISMOS* AND CELEBRATIONS

**ABSTRACT:** This article aims, from some hemerographic sources, to establish an analytical debate around the celebrations of the centenary of the so-called Independence of Brazil that took place in the Federal Territory of Acre in 1922. In cities such as Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Xapuri and Tarauacá, the local authorities of the city halls together with the Territory government, organized various festivities in celebration of the independence which sought to enhance the civic spirit of youth, the patriotic duty of the authorities, an alleged historical common past and the feeling of national unity. For the dialogue with empirical sources, authors such as Benjamin (2013); Chauí (2000); Rancière (2011); Hobsbawm (1990), among others, helped us to think about aspects related to anachronism, ufanismo, patriotism and celebrations.

**KEYWORDS:** Independence. Celebrations. Centenary. Acre.



## INTRODUÇÃO

*A história é a substância de nossa vida e  
O lugar da nossa morte.  
Entre viver a história e interpretá-la,  
Nossas vidas passam.  
Ao interpretá-la, vivemo-la, fazemos história;  
Ao vivê-la, interpretamo-la:  
Cada um de nossos atos é um signo.*  
Octávio Paz

O ano de 2022 em que atualmente estamos é desde muito tempo apontado e esperado por muitos como a marca do *bicentenário* brasileiro, uma efeméride desde sempre carregada de *signos, sinais e semióforos*<sup>1</sup>. O ano de 2022 é um marco temporal fadado a ser para o Brasil e para os brasileiros o portador da simbologia do fecho temporal de dois séculos da *independência* nacional, implantada com a propalada declaração de separação política entre Brasil e Portugal pronunciada por um príncipe português que se tornará Imperador do Brasil e depois herdará a Coroa portuguesa de seu pai, tornando-se por um breve tempo o monarca de dois mundos – o colonial e o metropolitano – que política e simbolicamente se separaram dois séculos atrás.

Para além das diversas interpretações sobre esse processo, surgia ali no século XIX um projeto de país, de um Estado Nacional, mas não ainda uma nação como algo em consonância com determinados referenciais de unidades culturais, linguísticas e étnicas como até então se entendia ser a essência das nacionalidades no âmbito dos Estados Modernos (HOBSBAWM, 1990). Pelo contrário, no Brasil havia uma realidade escravocrata, dominada pelo latifúndio agroexportador e uma sociedade profundamente desigual formatada por séculos de vigência do regime colonial. Como *inventar* uma nação diante de tantos aspectos da realidade tão cristalizados e que tornavam isso quase impossível nos moldes em voga a partir da modelagem oferecida pelos Estados Nacionais eurocêntricos?

Refletir como esse complexo processo histórico assentado em 1822, e seus desdobramentos a *posteriori*, se constitui para além da sua data fechada conhecida como o Grito da Independência, nos permite questionar os significados polissêmicos em torno de uma data que nos chega geralmente carregada de lampejos ufanistas e descolada de muitas experiências históricas das unidades federativas e regiões nacionais de formação e incorporação tardia em relação ao ano de 1822. As narrativas “sudestinas” irão ao longo do tempo conformar narrativas hegemônicas que ainda hoje são reproduzidas como sendo uma memória “nacional”, mas que apagou e escondeu outros eventos traumáticos relacionados às diversas lutas e projetos de autonomias unitárias e regionais.

Temos atualmente no campo historiográfico múltiplos olhares e distintas narrativas sobre o complexo processo emancipatório das primeiras décadas do século XIX que cul-

<sup>1</sup> Marilena Chauí diz que o *semióforo* serve para designar objetos, animais, pessoas, acontecimentos e instituições. Deriva do grego *semeion* (sinal, signo) e *phoros* (o que porta, leva à frente). Em sentido conotativo ele comunica algo, tal qual o *semáforo* de trânsito. É algo que porta mensagens com sentidos coletivos simbólicos. CHAUI, 2000, p. 11/13.

minou com a separação do Brasil de Portugal. E em relação a essa miríade particularidades, o evento canônico de 07 de setembro de 1822 em muito conflituosa na sua hegemonia icônica de marco unitário da *Independência do Brasil*. Existiram, antes, durante e depois, ocorrências que portavam distintas demandas em contraste com o poder monárquico centralizador encampado nas figuras dos herdeiros da Casa de Bragança que chegaram ao Brasil a partir de 1808: notadamente o Rei D. João VI e seu filho Pedro, este último depois tornado príncipe Regente e posteriormente Imperador D. Pedro I.

Por exemplo, após 1822 temos a chamada *Confederação do Equador*, que explicitou as contradições em torno do novo país e pregava de pronto uma ruptura com a ideia de unidade nacional. Não menos divergente são os ideais e as práticas adotadas pela *Revolução Pernambucana* em 1817, que trazia em seu bojo um projeto de república localizado e a franca proposta de fragmentação territorial do então Reino Unido tropical-lusitano. A pouco conhecida *Batalha do Jenipapo* no Piauí em 1823, que bota por terra a ideia canônica de que o Brasil se tornou livre das forças anti-independência no ano anterior e que a data oficial de 07 de setembro é regionalmente interpretada como o símbolo maior da autonomia política brasileira por todos os nacionais de maneira indistinta (SOUZA, 1999; RODRIGUES, 1975).

Essas poucas referências, superficialmente citadas, nos oferecem de pronto alguns caminhos para distintas visões em jogo sobre projetos independentistas e de autonomia política que se articulavam mais densamente com os interesses locais bastante específicos em relação aos do Rio de Janeiro. São aspectos que põem em xeque os muitos ufanismos produzidos em torno de do 07 de setembro de 1822, que foram bastante reforçados nas datas cheias de 1922 e 1972. E tantos outros já foram e serão certamente reproduzidos e inventados agora em 2022.

Como diz brilhantemente Vinicius de Moraes em uma passagem de seu poema *Pátria minha*, “Se me perguntarem o que é minha pátria, direi: não sei. (...), mas sei que minha pátria é a luz, o sal e a água que elaboram e liquefazem a minha mágoa em longas lágrimas amargas” (MORAES, 1949). Portanto, fica o convite para que lancemos sempre dúvidas e questionamentos sobre o canônico que nos rodeia fantasmagoricamente nos momentos de efemérides como esta que agora estamos atravessando e que deixam suas marcas impregnando territórios, corações, mentes e corpos na presentificação do passado. Inclusive nessa parte da contemporânea Amazônia Ocidental, tardiamente incorporada ao território brasileiro e chamada de Acre desde pouco mais de um século. Um território que foi sendo “nacionalizado” mesmo antes do *Tratado de Petrópolis* em 1903 e que quase duas décadas depois estava inserido nas comemorações do centenário do dia 07 de setembro.

### AS COMEMORAÇÕES NO ACRE E SEUS ANACRONISMOS HISTÓRICOS

O Acre era em 1922 o único Território Federal brasileiro, que havia a pouco tempo deixado de ter a estrutura departamental que vigorou entre 1904 e 1920. Mesmo assim,

continuou sendo administrado diretamente pela União através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mas então com um governo centralizado sediado em Rio Branco que fora tornada capital do Acre Federal. Se antes as administrações eram descentralizadas nos Departamentos e a cargo dos chamados Prefeitos departamentais, surge a partir de 1921 a figura do Delegado da União, pessoa nomeada para gerir o poder executivo no Território. Embora esse fosse o nome oficial, na prática se adotou na imprensa em geral o termo “governador”, que ainda contrastava com o congênere que designava os gestores das demais unidades federativas brasileiras no período: presidente de estado (SILVA, 2012).

Se havia um descompasso federativo, em que o Acre era uma excrescência política, os habitantes locais ligados ao comércio se ressentiam da falta de participação política mais plena na máquina pública que foi sendo constituída e construída pela União. As revoltas autonomistas nas primeiras décadas do século XX são parte dessa expressão de incômodo e conflitos entranhados no seio da elite política e econômica local (SILVA, 2012).

É diante dessas particularidades da inserção tardia do Acre no mapa territorial brasileiro que ocorrem localmente as comemorações dos cem anos de Independência do Brasil. Os brasileiros do Acre, a grande maioria de pessoas migrantes de outras partes do território nacional, promovem nas poucas cidades do Território festividades oficiais em torno da data símbolo. Isso em uma localidade que cem anos antes era grafada com um território do vazio, espaço das *tierras no descubiertas* e portadora de uma indefinição legal de a quem pertencia no jogo neocolonial das novas nacionalidades que emergiram a partir do início do século XIX no continente sul-americano (BASTOS, *In*: COSTA, 1940, p. 07).

Podemos, a partir dessa breve contextualização, pensar aspectos de cunho anacrônico referentes a duas dimensões: a de tempo e a de lugar. Para que essas comemorações centenárias tivessem e tenham sentidos, foi e é necessário operar com a abstração do tempo e do espaço. O “fato histórico”, datado no 07 de setembro, é por si só distante e incoerente, porque “irrecuperável” e “irresgatável”. Mas contraditoriamente constitui-se em um hospede desejável e reconhecido como pertencente ao presente nas narrativas ufanizantes e de identidades totalizantes vinculadas à Nação na remontagem da história. O outrora, cuja raiz semântica remete a algo de “outra hora”, de outro tempo, é presentificado anacronicamente pelas máscaras do passado linear, de cunho evolutivo, patrioticamente mostrado como coeso e visto fundacional da coletividade pátria.

Diante dessas aparentes unidades coletivas gestadas pela *história doce*, o anacronismo é algo quase inevitável ao se operar com datas. Semanticamente, o termo anacronismo deriva da língua grega e numa tradução literal significa algo posto de forma inapropriada (*ana*, movimento contrário de frente para trás) no tempo (*cronos*) ao qual não pertence. Muitos historiadores no século XX alertaram para esse perigo que ronda quem lida com a operação historiográfica. É bastante citada nesse meio a famosa advertência de Lucien

Febvre (em sua obra *A religião de Rabelais*) que este era o maior pecado que se abatia sobre quem produz a escrita da história (RANCIERE, 2011, p. 22). Mas o historiador Jacques Ranciere vai analiticamente mais adiante em relação ao seu compatriota, quando propõe que devemos pensar para além da perspectiva horizontal da sucessão de tempos e imaginar o anacronismo inserido em uma ordem vertical em que os seres humanos se estabelecem socialmente em relações hierarquizadas.

Tem-se então um tempo, ou tempos, acima do(s) tempo(s). Segundo ele, é aí então que se gesta a construção da *eternidade*, da busca da perenidade humana através dos grandes feitos e dos nomes heróicos do passado que se quer “preservar”. O anacronismo seria então, nessa segunda perspectiva, a remontagem “do tempo das datas para o que não é o tempo das datas” (RANCIERE, p. 23). Seguindo esse raciocínio, o *07 de Setembro* torna-se então para os brasileiros – do presente e do futuro – a “eternidade do verdadeiro” (RANCIERE, p. 26), algo perenizado porque foi, é e sempre será.

O anacronismo aqui remetido às comemorações do centenário de 1822 é tanto de tempo quanto de lugar, ao pensarmos o que era o Acre Federal em 1922. Na ordem do tempo porque cem anos antes dessas comemorações ocorrerem, o acontecimento narrado e alçado ao panteão oficial da separação do Brasil de Portugal não significou algo importante ou ecoou uniformemente pelo território do Brasil, que era até então constituinte adicional de uma América Portuguesa e esta parte de um grande império colonial que transcendia continentes. E isso certamente não teve significância nenhuma à época para o que mais tarde seria chamado de Acre, quando aqui já adentramos em uma discussão do espaço geográfico que não possuía os mesmos sentidos e territorialidades que adquire principalmente após o *Tratado de Petrópolis* assinado em 1903. O Acre (*sic*) estava fora do lugar e do tempo no *07 de setembro* de 1822: no nome, na geografia, no mapa, na política, na economia, nas gentes que o habitavam e em tudo mais que for possível pensar.

Por isso, foi preciso inventar cem anos depois um pertencimento operado no âmbito de uma poderosa construção simbólica, cívica e patriótica em torno da expansão territorial do Estado brasileiro sobre terras e gentes que já existiam em um lugar de outras *territorialidades* e outros topônimos que foram em grande medida sendo apagados nos embates assimétricos que passaram a existir nas mais variadas formas nessas zonas de contatos multifacetadas em signos e significantes: Amazônia; Acre; Seringais; Vilas; Aldeias; Cidades; Colônias; Rios; Florestas; Igarapés; Fazendas; Departamentos; etc.

Vejamos então algumas dessas operações efetivadas durante as comemorações do centenário no Acre Federal. Começamos pelo jornal tarauacaense *A Reforma*, que no dia 07 de setembro de 1922 trouxe em suas páginas uma matéria de capa intitulada *O grito do Ypiranga*, na qual se detalhava as comemorações ocorridas naquele mesmo dia na cidade acreana de Tarauacá. Para que ocorresse essa sincronia entre o evento e a publicação da matéria, claramente o jornal teve acesso à programação oficial e a publicou antecipadamente naquela edição que surgiu nas primeiras horas do feriado nacional. A matéria traz então o tom ufanista de exaltação do passado, em que é dito ter sido a data em voga a

simbologia da entrada do Brasil no seio das nações cultas e obra “de nossos antepassados confiantes na grandeza infinita dos destinos da terra”<sup>2</sup>.

O Acre em particular não é transportado narrativamente ao ano de 1822, dada a impossibilidade dessa vinculação histórica ser operada de forma aberta e direta. Mas os contemporâneos de 1922 em Tarauacá são vinculados ao passado através do pronome possessivo da primeira pessoa do plural utilizado na matéria. *Nós* e *nossa*, se tornam metáforas linguísticas de vinculação de um tempo com outro tempo, de pessoas com outras pessoas que nunca se viram. E aquelas que são lembradas, jamais conheceram aquelas que a elas evocam dos túmulos convenientemente remexidos pelos vivos através de uma memória coletiva manipulada pelos interesses do presente.

E o jornal continuou em tom edênico e retumbante, associando a natureza transformada em fonte de riquezas com um dom da nacionalidade e uma particularidade do próprio Acre Federal, recém tornado brasileiro e em processo de *abrasileiramento*:

É o dia em que com ufania, remiramos a beleza sem par, as maravilhas deslumbrantes de nossa natureza, o azul de nosso firmamento, as riquezas de nosso subsolo, todos os pequenos [ilegível] que nos despertam doces emoções e em que no campo da nossa imaginação passamos em revista legião de personalidades históricas...

Na sequência, desfilam no texto impresso os nomes dos heróis que deveriam ser cultuados pelas gerações presentes e futuras. A lista começa com Tiradentes e os poetas chamados de Inconfidentes, chegando a D. João VI, ao Marquês de Pombal, a José Bonifácio e fechando com o príncipe Pedro I, como era então chamado cem anos antes quando teria dado o *Grito do Ipiranga*. Opera-se se um encontro simbólico e afetivo entre personagens desencontradas no tempo e no espaço, mas aquelas mais antigas se tornam reverenciadas pelos que vem depois em um processo de seleção e exclusão de “fatos” e “heróis”, onde as datas canônicas geralmente são cristalizadas como fundantes de memórias e de identidades coletivas que vão sendo apropriadas e reapropriadas continuamente.

E em seguida, a narrativa cronológica encadeia a vinculação do Acre Federal com a pátria brasileira ao dizer que “o Acre reluz a melhor prova de nosso apego, é a obra indiscutível de nosso patriotismo”. O Acre é retratado como um local que atraiu “espíritos sedentos de aventuras”, principalmente os “nordestinos açoitados por infortúnios (...) dos fenômenos climatéricos”. Homens chegantes que são chamados de destemidos e que se “entregaram a trabalhos mortificantes nos intrincados das florestas” e “brazileiros que eram, quiseram que brazileiras fossem as terras conquistadas”. Isso porque “desejavam viver e trabalhar sob o ensombro do auriverde pendão”. Nessas passagens aqui selecionadas, são repisadas e reforçadas as narrativas mais conhecidas nos dias de hoje sobre o processo de incorporação do Acre ao Brasil, da natureza “selvagem” e da coragem e

2 *A Reforma*, 07/09/1922, nº. 217, p. 01. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em: 10/08/2022. Esse e todos os demais jornais aqui citados foram consultados no mesmo acervo e site referenciados nesta nota. Assim, na referência vindouras dispensarei essas informações.

destemor dos exploradores que “descobrem”, colonizam e inventam o Acre *brasileiro* pela perspectiva patriótica e civilizacional (SILVA, 2020).

Nessas reduzidas linhas escritas, a matéria já opera com o herói coletivo encarnado no conceito genérico e cristalizado com vigor nos contemporâneos de hoje: a do *nordestino* migrante dito sempre que expulso pela fome e pela seca, que aportou na mitificada terra de riquezas e abundâncias que seria a Amazônia. O Acre, então recém-incorporado ao Brasil, necessitava de um passado mais remoto de *brasilidade* para que se fundamentasse sua inserção ao território nacional cerca de oitenta anos depois de 1822. O Acre, nesta operação, já era Acre e brasileiro antes de oficialmente isso ser efetivado por tratados.

As autoridades executivas do Acre Federal, pelo fato de serem militares ligadas ao Exército nacional, vão operar com mais denodo nessa imersão coletiva aos festejos cívicos e isso não foi diferente com a data considerada uma das mais importantes da construção da *nacionalidade brasileira*. Assim, “o passado aspira a poder voltar-se para aquele sol que está a levantar-se no céu da história” (BENJAMIN, 2013, p. 11). Por isso, a luz mirada pelos brasileiros do Acre/acreanos é a da formação simbólica do Estado Nacional brasileiro cem anos antes das comemorações ocorridas em 1922.

Na primeira hora da manhã do dia 07 de setembro, esse jornal diz ainda que foi realizada uma “salva” na sede do Centro Operário e Beneficente da cidade. No amanhecer do dia, a banda musical deste mesmo Centro se dirigiu ao coreto em frente à sede da prefeitura local para executar a “alvorada” diante do prédio ornado “com flores e bandeiras das cores nacionais”. Foram executados ainda os hinos Acreano e o da Independência, secundados por poesias declamadas por estudantes à memória de D. Pedro I. Na parte da tarde, atividades lúdicas voltadas para a juventude da cidade, a maioria estudantes das escolas locais. Por volta das icônicas 17 horas, na residência do prefeito da cidade, fora servido um chá da tarde restrito às autoridades locais e suas famílias. O mesmo ocorreu quando foi realizado o sarau de encerramento das atividades festivas, marcado por concertos musicais (hinos patrióticos, tangos, valsas e maxixes) e danças de salão. A prefeitura também teria distribuído carne de dois bovinos para os “pobres desta cidade” e roupas para as “pessoas privadas de recursos”, demonstrando o lugar subalterno e periférico que coube à população mais pobre nos espaços festivos daquele dia.

Ainda nesta mesma edição do jornal *A Reforma* foi publicada também, na sua primeira página, um texto assinado por provavelmente alguém sob o manto do pseudônimo e ali chamado Lejoro Drigues. Nesse texto o Acre é o alter ego do anônimo autor e ele(s) se dirige(m) em tom lamentoso a pai metafórico: o Brasil, ali reverenciado e festejado.

(...) Eu não sei porque merecer tanto desprezo, eu que justificando com meu passado honroso e fértil em reminiscências e tradições gratas, me julgo digno filho; Compulse-se sua história, e se verá que nas suas páginas, ressalta um feito heroico, epopeia mais brilhante de minha existência, que me distingue e ensoberbece. Este feito único, porem brioso, se resume a repulsa à Bolívia e ao Peru, quando quiseram conquistar a mim que sempre coloquei a honra acima de qualquer conveniência, e que, por condição nenhuma, não reconheci e não reconhecerei

outro domínio que não o do Brasil, embora para sofrer como tenho sofrido, o descaso, o abandono, o esquecimento enfim deste meu idolatrado pai (...)³.

A metáfora do pai e do filho serve como pretexto para criticar o que seria o abandono do filho (Acre) pelo pai (Brasil), onde o filho mostra que tem qualidades e honra para ser respeitado e olhado com mais carinho pela figura paterna que o desprezava. Os outros filhos, os Estados federativos, irmãos mais velhos e mais bem situados, mais cultos e honrados, pareciam causar ciúmes ao caçula cuja adoção foi disputada por outros pais que ele renegou.

Já na capital do então Território Federal do Acre, o jornal *Folha do Acre*<sup>4</sup> em sua edição de 01º de junho de 1922 noticiava que havia ocorrido na sede deste jornal uma reunião em que foi escolhida uma comissão de finanças para arrecadar e gerir os futuros recursos monetários visando às comemorações do centenário em Rio Branco (capital do Território). Como presidente da comissão foi escolhido o poeta e magistrado Juvenal Antunes, o seringalista e comerciante Adolfo Barbosa Leite foi designado tesoureiro e Francisco Pereira, diretor do jornal *A Capital*, foi nomeado secretário.

Um fato curioso é que nenhuma mulher participou da referida reunião, mas a nota informa que estes homens constituíram uma lista com nomes de mais de vinte mulheres e a ela deram o nome de “comissão de senhorinhas”. Coube a elas a realização de todo o trabalho de arrecadação de donativos para os festejos, principalmente visitando os comércios da cidade e as repartições públicas.

A iniciativa da criação dessa comissão de festejos é realçada neste jornal como um empenho pessoal do seu redator-chefe, Paulino Pedreira, que já em maio do mesmo ano havia participado de uma reunião preparativa na sede da Loja Maçônica *Igualdade Acreana* para “levar a efeito a patriótica lembrança”. E que a ideia ali lançada, deveria ser transformada em realidade, pois “deve ser a de todos os brasileiros aqui residentes”<sup>5</sup>. Interessante notar que não se fala em acreanos, mas nos nacionais que ali residiam, algo que denota a vontade de realçar uma identidade coletiva e uniforme frente à nacionalidade, em vez de apontar para algum aspecto de uma identidade regional ainda frágil e talvez imprópria de apontar naquele momento porque carente de bases mais sólidas no imaginário coletivo.

Na edição do dia 07 de setembro, o periódico *Folha do Acre*<sup>6</sup> trouxera em sua capa três distintos textos sobre o tema do centenário. Na coluna da esquerda o título era À margem do centenário, em que predominava a narrativa do evento em tom ufanista e é realçada a figura de Pedro II como o libertador do Brasil, país novo, do velho Portugal. No centro, postada a frase *Salve o Brasil* e logo abaixo um desenho onde aparece a figura de uma deusa romana com o barrete frígio (símbolo republicano e da liberdade) em sua cabeça e que, ao mesmo tempo, ela ajusta uma coroa de louros na cabeça de um militar.

3 *A Reforma*, 07/09/1922, n.º. 217, p. 01.

4 *Folha do Acre*, 01º/06/1922, n.º. 414, p. 02. Acesso em: 15/08/2022.

5 *Folha do Acre*, 11/05/1922, n.º. 411, p. 01. Acesso em: 15/08/2022.

6 *Folha do Acre*, 07/09/1922, n.º. 428, p. 01. Acesso em: 15/08/2022.



A deusa estilizada com sua longa túnica, assim como a carapuça em sua cabeça, simboliza conjuntamente a república brasileira e a figura materna que condecora seu filho que está pronto para defendê-la de qualquer agressão e preservar a liberdade conquistada com a Independência. Por fim, do lado direito, no único artigo assinado e intitulado *Aos cem anos da Independência*, Dornellas Câmara<sup>7</sup> discute a ausência de um pretense caráter nacional e a dificuldade do Brasil em se inserir no que seria o patamar das nações vistas por ele como plenamente civilizadas. Parecia ele ser portador – *avant la lettre* – daquela sensação descrita posteriormente pelo dramaturgo Nelson Rodrigues de síndrome de vira-lata, marcada pela inveja do outro visto como superior.

Somente na parte interna dessa mesma edição, na segunda página, se encontra algo em tom mais crítico e relativo à inserção do Acre ao Brasil. Sob o título *As aspirações acreanas*, o mesmo Francisco Pereira membro da aludida comissão de festejos pátrios, discorre sobre as aspirações do “povo acreano” diante da “situação político-administrativa cerceadora de direitos e prerrogativas que a própria carta constitucional nos assegura”. Afirma ainda que a melhor maneira de comemorar aquele centenário seria o governo brasileiro dar a autonomia política do Acre, filho “da bravura indômita dos brasileiros heroes, que souberam honrar a nossa bandeira, dilatando as fronteiras do paiz”. E na sequência afirma que o Acre era, naquela situação criada desde 1904, uma “colônia dentro do patrimônio territorial” brasileiro. Sentença que se coloca como longe se ser um exagero, dada a situação do Acre como Território Federal e antes disso descrito em um mapa boliviano de 1903 como um *Território Nacional de Colônias* (SILVA, 2017). Interessante notar o que parece ter sido uma escolha bem pensada pelo autor do artigo, pois em vez de falar em heróis coletivos de caráter restrito (sertanejos/cearenses/nordestinos/acreanos/seringueiros) ele fala no genérico e totalizante *brasileiro*.

Ainda nesta edição, outra matéria na mesma página citada acima, trazia detalhes das ações oficiais do governo territorial voltadas para os festejos da data comemorativa. A principal delas foi que o governador Epaminondas Jácome teria repassado a cada cidade do interior o valor de três contos de réis oriundos de uma verba federal destinada ao Acre para fins de execução dessas comemorações nos municípios. A programação oficial na capital do Território Federal do Acre contou com a inauguração do Grupo Escolar 07 de Setembro e a realização de diversas atividades durante todo o dia. O então governador não participou dos festejos no Acre, pois preferiu viajar para as comemorações na cidade do Rio de Janeiro e deixou a chefia do executivo local a cargo do seu interino major Duarte de Menezes.

Foi somente uma semana depois que o jornal *Folha do Acre*<sup>8</sup> detalhou de maneira mais pormenorizada as comemorações do centenário em Rio Branco. Teria se iniciado na noite de 06 de setembro, com um baile dançante na sede social do time de futebol *Acreano Sporting Club*, e logo após a passagem da meia-noite a festa foi interrompida e

7 De acordo com várias notas desse mesmo jornal, tratava-se do estudante de direito Raphael Dornellas Câmara que havia retornado ao Acre em 1921 para assumir o cargo de guarda da Mesa de Rendas do Território. O jornal *Folha do Acre* também publicava com frequência seus poemas e outros artigos.

8 *Folha do Acre*, 14/09/1922, n.º 429, p. 01 e 03. Acervo da FBN. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em: 15/08/2022.

todos se dirigiram para frente do clube onde foi içada a bandeira nacional e proferido um discurso pelo tenente Laudelino Campos que presidia naquele momento a citada agremiação esportiva. Já pela manhã, a banda de música da Força Policial do Território executou músicas cívicas no interior do quartel e “por entre as florestas que rodeiam a nossa cidade, a raiar o sol brilhante desse dia majestoso”.

Esse evento foi sequenciado, segundo a publicação, por uma missa campal conduzida pelo padre Thiago Mattioli, onde estavam presentes as “autoridades e grande massa popular”. Percebe-se de maneira muito intensa o tom castrense dado por parte de um órgão militar ligado à administração pública, mesmo quando se trata de um singelo baile dançante para grupos sociais que se viam como os mais importantes da comunidade local. Algo secundado e complementado pelo ato também celebrativo do poder religioso, representado pela figura mais importante da Igreja Católica na cidade e que servia para demonstrar a relação indissociável entre o Estado, a Igreja e a formação nacional.

Foi também inaugurado um obelisco comemorativo ao centenário, sendo na sequência apresentados exercícios de “gymnastica suecca”<sup>9</sup> em praça pública pelos alunos dos grupos escolares e pelos militares da Força Policial. Houve ainda sessão de cinema na praça Tavares Lyra e festa no período noturno na sede Loja Maçônica *Igualdade Acreana*. No dia seguinte teria ainda ocorrido durante a noite uma *Marche aux flambeaux* (marcha noturna com tochas acesas) pelas principais ruas do Primeiro Distrito da cidade. E ainda no dia 09 de setembro, um baile festivo da “Colônia Syria” nas dependências da Escola 24 de Janeiro com farto Buffet para os presentes.

E, finalmente, o encerramento das festividades com outra missa campal no dia 10 de setembro pela manhã e um concerto musical na Escola Sete de Setembro que foi conduzido “pelas senhorinhas Hilda Leite e Enerzilia Leite” ao piano executando obras de Carlos Gomes, Giacomini Puccini, Pietro Mascagni e outros compositores clássicos. Foram também declamados sonetos de Olavo Bilac e outros poetas parnasianos ligados aos princípios cívicos em voga. Duas semanas depois da efeméride<sup>10</sup> patriótica, o jornal ainda trazia os ecos comemorativos ocorridos em alguns seringais na zona rural da cidade. Uma dessas festas foi no Seringal Bom Destino, de propriedade do coronel Joaquim Victor, onde foram realizados disparos de tiros de espingardas, hasteamento da bandeira nacional, orações e uma festa noturna com danças na sede do barracão.

Ainda no vale do Acre, a cidade de Xapuri também participou dos festejos comemorativos no mesmo tom dos demais já citados. O jornal *Commercio do Acre*, periódico local, detalhou em primeira página o que teriam sido os principais momentos daquela data. Para além de tiros no alvorecer do dia, houve execução de músicas tocadas pela *Banda Xapuryense* e a realização de diversos jogos infantis (corrida do ovo, cabo de guerra, corrida de três pernas, corrida de equilíbrio, pesca de moedas e traga-linhas) na praça central

9 A Ginástica Sueca foi criada por Pier Henrik Ling (1776/1839) e visava através dos seus métodos moldar o corpo a movimentos precisos, racionais e de retidão moral dos praticantes. Foi adotada em escolas brasileiras com o fito de contribuir com a saúde, a disciplina e a estética militar em suas práticas que levavam ao civismo aos estudantes (MORENO, 2015).

10 *Folha do Acre*, 21/09/1922, n.º. 430, p. 01. Acesso em 15/08/2022.

(Praça Rio Branco) e no Bosque Municipal, com prêmios oferecidos aos vencedores pelo prefeito municipal e demais autoridades que conclamavam as crianças a serem patriotas.

Após a execução do Hino Nacional, foram distribuídos “doce finíssimos e copos de aluá”, tendo logo após o encerramento muitos dos presentes tomado carroças e se dirigido a “um piquenique no sítio do Sr. João Ramalho de Figueiredo na Estrada do Sumaré”. À noite, na Praça Rio Branco, foi montada pela direção do Cine Éden uma tela para exibição de filmes ao ar livre que é assim descrito nas páginas do jornal: “uma molle de povo apinhava-se diante do écran, em número superior a mil almas quando foi passada a primeira fita *Amor de senhorinha*, velho, porém, um dos melhores filmes da empresa”<sup>11</sup>.

Próximo a Rio Branco, mas na cidade de Sena Madureira, também ocorriam desde algum tempo festejos alusivos à essa data patriótica e o jornal *Alto Purus* retratava em suas edições alguns aspectos do evento anual antes de 1922, pois sobre o deste ano não existem edições disponíveis em formato eletrônico para consultas. Mas já em 1915, sete anos antes do centenário, a data é chamada de “gloriosa” e toda a programação é mostrada na primeira página da edição de 12 de setembro daquele ano<sup>12</sup>. O início dos festejos se deu, como de praxe, com os desfiles militares e a leitura da ordem do dia pelo comandante do destacamento local, Jovino Marques, que apontou ser o Exército brasileiro o protetor da Independência nacional conquistada no *grito* em 1822.

Quatro anos depois dessas comemorações de 1915, ainda em Sena Madureira, o mesmo jornal retratou um festejo que trazia detalhes de grandiosidade da efeméride naquele ano, a começar pelo título de primeira página: *A festa da flor no jardim municipal*<sup>13</sup>. O idílico do título remetia à mocidade escolar presente nos festejos como sendo as flores da cidade, cuidadas então com denodo pelo poder municipal que as tinha em seu jardim metafórico. O texto inicial ressalta a presença de jovens e militares, ao dizer que havia “uma assistência numerosa e seleta, sobressaindo a mocidade pujante de nossas escolas, [a programação] constava de vários atos ou situações de guerra em que se pode encontrar o soldado”<sup>14</sup>. Os militares participaram mais cedo de uma prova física chamada “Heróis da independência”, que consistiu de corridas, simulação de combates e durante essas atividades marciais “cantavam patrióticas estrofes do hino nacional”. Neste dia o prefeito interino, coronel e seringalista Avelino Chaves, ainda inaugurou a fotografia do presidente da República na sede da Companhia Regional, sendo logo após lhe oferecido um almoço pelo comandante militar Sezefredo Francisco no Quartel da Companhia Regional.

O cardápio servido ao poderoso prefeito e convidados seletos foi o seguinte, conforme o citado jornal: “Empadão de caranguejo; Moqueca de camarão à baiana; Gallina de molho de ferrugem com ervilhas e tutu de feijão; Costeletas de porco; vinhos doces e licores variados”. O menu era generoso em variedades e em produtos finos importados, a maioria deles pouco acessíveis a quase totalidade da população da cidade. Mas antes

11 *Commercio do Acre*, 29 de setembro de 1922, n.º. 173, p. 01. Acesso em 15/08/2022.

12 *Alto Purus*, 12 de setembro de 1915, n.º. 361, p. 01. Acesso em: 22/09/2022.

13 *Alto Purus*, 18 de setembro de 1919, n.º. 44, p. 01. Acesso em: 22/09/2022.

14 *Alto Purus*, 18 de setembro de 1919, n.º. 44, p. 01. Acesso em: 22/09/2022.

de comer, o comandante fez um discurso dirigido a Avelino Chaves, finalizado-o com estas palavras: “folgo Sr. Coronel Avelino Chaves em reconhecer e proclamar que nesse homem palpita uma alma de brasileiro patriota, um espírito perfeito de soldado”<sup>15</sup>.

Sobre os festejos na cidade de Cruzeiro do Sul foram pesquisadas algumas edições do jornal oficial homônimo *O Cruzeiro do Sul*. Como não existem edições do ano de 1922 disponíveis, para esta abordagem foram consultadas matérias dos anos de 1914 a 1916, anos em que os festejos cívicos são reportados em detalhes na referida publicação. Entre outras coisas, percebemos que nos anos anteriores ao centenário já existia uma espécie de padrão organizativo e participativo que envolvia sempre autoridades, estudantes e militares. As comemorações cívico-escolares tinham como foco o “intuito de infundir no espírito da infância juruaense o culto cívico da pátria”, afirmava o jornal em 1914<sup>16</sup>.

Essa era a data em que havia a obrigação de todas as escolas participarem dos desfiles que se realizavam no cais do porto da cidade e o prefeito – naquele momento o capitão Francisco Rêgo Barros – passou então “em revista” aqueles que ali desfilavam. A filha do prefeito, “senhorinha Semíramis do Rêgo”, fez o içamento da bandeira nacional e foi cantado o Hino da Bandeira à capela. Importante notar que os hinos patrióticos tocados e cantados nesse período eram diversos (Hino da Bandeira, Hino da Independência e Hino Nacional), o que denota a não hegemonia do atual Hino Nacional, cuja letra foi incorporada oficialmente à música já existente somente em 1909 após um concurso público ter sido realizado para tal fim<sup>17</sup>.

Nesse ano de 1914, ao todo, desfilaram cinco escolas com cerca de duzentos alunos e alunas. Os nomes das escolas já apontam para o tom cívico em torno dos espaços escolares e também da história canônica em voga no Juruá desde o início do século XX. As escolas eram: Rodrigues Alves; Hermes da Fonseca; Plácido de Castro; Joaquim Nabuco e Comandante Mascarenhas<sup>18</sup>. São homenagens a ex-presidentes, personalidades políticas e militares nacionais e ao herói local já alçado à condição de líder da “Revolução Acreana”. Nenhuma dessas pessoas tinha ligação direta com a região do Juruá e Cruzeiro do Sul, mas refletiam um padrão de como ocorriam essas homenagens prestadas geralmente às figuras poderosas da pátria brasileira por seus subordinados enviados para servirem no Acre.

No ano seguinte, como também já havia ocorrido no ano anterior, o Inspetor de Ensino João Craveiro Costa fez uma “conferência” aos alunos e alunas “das escolas da capital”<sup>19</sup> juruaense. O jornal reproduz na íntegra sua palestra em que ele inicia tecendo loas a D. João VI a quem chama de “rei pacato” e portador “da verdade histórica”. Segue no mesmo tom chamando D. Pedro I de “cavalheirozo e bravo, de grandes gestos

15 *Alto Purus*, 18 de setembro de 1919, n.º. 44, p. 01. Acesso em: 22/09/2022.

16 *O Cruzeiro do Sul*, 06 de setembro de 1914, n.º. 382, p. 02. Acesso em: 20/09/2022.

17 Sobre o assunto, ver o verbete Hino Nacional no site do CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/HINO%20NACIONAL.pdf>.

18 *O Cruzeiro do Sul*, 10 de setembro de 1914, n.º. 383, p. 02. Acesso em 20/09/2022.

19 *O Cruzeiro do Sul*, 12 de setembro de 1915, n.º. 443, p. 01. Acesso em 25/09/2022.

heroicos” e a figura singularíssima que no dia 07 de setembro de 1822, indignado pelas humilhações de Portugal:

... num movimento impulsivo, próprio de seu caráter, desembainha a espada, arranca do chapéu os distintivos portugueses e grita – independência ou morte! E ali, nas margens sossegadas do Ipiranga, príncipe e comitiva juram derramar todo o seu sangue em prol da Independência do Brasil<sup>20</sup>.

O hoje conhecido memorialista e autor da obra *A conquista do deserto Ocidental*, publicada pela primeira vez na década de 1920, nos apresenta em seu discurso uma narrativa sobejamente inserida nos moldes laudatórios da figura heróica do Imperador D. Pedro II e de sua personalidade pessoal como elementos centrais no ato simbolizado no dia 07 de Setembro de 1822. O impulsivo Pedro, membro herdeiro da realeza bragantina, nos dizeres nada originais de Craveiro Costa, é aquele que teatraliza uma ruptura pessoal e política com Portugal. E de pronto, a liderança que conclama a todos que o acompanhavam que procedam da mesma maneira e derramem os seus sangues se preciso for para garantir a independência do Brasil. O tom da narrativa de Craveiro Costa lembra e de uma testemunha ocular improvável, mas apenas e ditas águas plácidas do Ipiranga e suas margens são quem podem ter escutado hipotética e simbolicamente o indefectível *Grito* que teria lá ocorrido em 07 de setembro de 1822.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi ressaltado anteriormente, um dos paradoxos que se impõe às pessoas do presente é que nos eventos comemorativos de datas cuja emergência delas está distanciada do tempo em que elas estão, irão se produzir sempre uma celebração de efemérides em que essas pessoas se colocam como contemporâneas de um passado que não lhes pertence a não ser através de uma difusa e poderosa operação de crenças e fé naquilo que foi e não é mais. Aquelas pessoas já mortas, tornadas dignas de memórias imperecíveis, são tomadas como pertencentes desde sempre às intimidades coletivas, afetuosas e atemporais.

Assim, institui-se uma contemporaneidade não relativa, unívoca, onde as pessoas do passado, que nunca souberam da existência futura de outras pessoas, não podem participar senão simbolicamente das festas que jamais saberiam que seriam produzidas por estranhos para elas e com elas como convidadas de honra. Contudo, os sujeitos pósteros se colocam como pessoas íntimas de suas antecessoras reverenciadas. Nada mais fantasmagórico que essas construções geralmente tão normalizadas nas nossas cabeças, quase sempre habitando o conforto do lugar comum das narrativas adocicadamente (re)construídas coletivamente *a posteriori*.

Passa a ocorrer então uma espécie de eterno retorno sempre que aquela data se repete em dia e mês iguais (sic) e anos distintos, quando ela é lembrada, comemorada e reconstruída narrativamente em ações festivas de caráter cívico, mundano e celebrativo.

20 *O Cruzeiro do Sul*, 12 de setembro de 1915, n.º. 443, p. 01. Acesso em 25/09/2022.

Deriva daí também a emergência renovada de uma pretensa identidade coletiva que vai ser legitimada sempre pelo passado transformado em signo comunitário através de datas, símbolos, pessoas e acontecimentos singulares. E isso ocorre nos casos aqui tratados, com as reivindicações de busca de legitimação da inserção tardia do Acre ao Brasil por parte dos brasileiros do Acre. Essa presentificação do passado não deixa de ser a transfiguração da busca pela eternidade humana, sublimada no passado recriado e reinventado continuamente.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A. **História, a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.
- BASTOS, A. Introdução, pp. 07/59. In: COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1940.
- BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MORAES, V. **Pátria Minha**. Publicado por João Cabral de Melo Neto. Sem editora e cidade, 1949. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/881>. acesso em: 07 de setembro de 2022.
- MORENO, A. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, número 37, volume 2, 2015, pp. 128/135. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/YrywJFnDPmC9dWQmzHTGckm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.
- RANCIERE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. Tradução de Mônica Costa Netto. In: SALOMON, Marlon (Org). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011, p. 21/50.
- RODRIGUES, J. H. **Independência: revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- SILVA, F. B. “Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades”. **Revista Jamaxi**, volume 01, número 01, Rio Branco, 2017.
- SILVA, F. B. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências**. Rio Branco: Nepan, 2020.
- SOUZA, I. L. C. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780/1831**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.